

O esforço adicional

divida
externa

Um bom começo, mas apenas o começo, a nova estratégia de administração da dívida externa, anunciada pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, não ataca a substância dos problemas do País. A negociação de um programa plurianual de pagamentos e a subordinação da dívida à Libor, não mais à Prime, ensejará ao País consolidar um nível de juros ligeiramente inferior ao atual e evitar as negociações anuais, desgastantes sem dúvida, mas com resultados idênticos. De qualquer modo continuaremos pagando algo como 15 bilhões de dólares anuais em juros, ou seja, dois terços da receita de exportações, ou capitalizando juros mediante a contratação de novos empréstimos. As duas formas são igualmente asfixiantes.

O poder de barganha a que aludiu o presidente do Banco Central, representado pelo estoque de divisas atualmente existente no País, pode e deve ser utilizado para forçar a renegociação do Acordo com o FMI nas disposições em que ele inibe o desenvolvimento da nossa economia. Esta, sim, seria a estratégia que a Nação saudaria com entusiasmo. O Brasil não deveria ser forçado, como o é, a obter superávits na balança comercial, mas a adotar medidas que façam crescer isoladamente as exportações. Superávits podem ser, e têm sido, resultado de controles sobre importações, o que é danoso para o desenvolvimento da economia interna.

Com a renegociação de novos prazos de pagamento, possivelmente com a in-

troução de um período de carência satisfatório, que inclua principal e juros, os excedentes cambiais, caso as metas de superávits sejam revistas, poderiam ser internados na economia possibilitando-se assim a reativação de setores industriais que se acham semiparalisados. Embora o presidente do Banco Central não o tenha mencionado, a recessão, com a consequente diminuição do Produto, também é um fator inflacionário preponderante, ao lado da correção cambial e da correção monetária.

O afrouxamento dos controles do FMI sobre a economia, incluindo-se os que se exercem sobre os níveis de expansão da base monetária, é essencial à recuperação do crescimento sem o que prazos e juros pouco se refletirão na aguda crise interna. Aumentando-se a oferta interna de moeda os juros cairão e as empresas poderão voltar a utilizar o instrumento do crédito. Talvez no primeiro momento ocorra mais inflação, o que de qualquer modo está ocorrendo, mas em seguida os efeitos da reativação econômica terminarão por aumentar a oferta interna de bens e serviços, afetando os níveis de preço. Este, a nosso ver, o objetivo a ser atingido, seja por seus resultados econômicos, seja pelos resultados sociais e políticos.

Não desestimulamos o esforço que se vai empreender por mais prazos e menores juros, mas entendemos que a ele se deve juntar o esforço adicional que venha a permitir ao País resolver seus gravíssimos dilemas internos.